

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMILIA
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 093/94

DEFINE AS ATIVIDADES INSALUBRES E
PERIGOSAS PARA EFEITOS DE PERCEPCAO DO
ADICIONAL CORRESPONDENTE.

JUVENTIL MAFALDA SANTOS, Prefeito Municipal de
Sagrada Familia, FAÇO SABER, no uso das atribuicoes que me sao
comferidas pelo artigo 79, item IV, da Lei organica vigente, que
a Camara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo
a seguinte Lei.

Art. 1º Sao consideradas atividades insalubres
para efeitos de percepcao do adicional previsto no art. 88 da Lei
Municipal nº 042 de 13 de agosto de 1993 (Regime Juridico dos
Servidores do Municipio), as abaixo mencionadas, classificadas
conforme o grau:

I - Insalubridade de grau maximo:

- a) coleta e industrializacao de lixo urbano;
- b) trabalhos em galerias e tanques de
esgoto;
- c) trabalhos com pacientes em isolamento
por doencas infecto-contagiosas, bem como objetos de seu uso nao
previamente esterilizados;
- d) atividades com contato com carnes,
glandulas, visceras, sangue, ossos, couros, pelos e degecoes de
animais portadores de doencas infecto-contagiosas (carbunculoze,
brucelose, tuberculose).

II - Insalubridade de grau medio:

- a) pintura com esmaltes, tintas e vernizes;
- b) manipulacao de oleos minerais, oleo
queimado e parafina;
- c) trabalhos em contato com pacientes, bem
como manuseio de objetos de seu uso, nao previamente
esterilizado, em estabelecimentos destinados aos cuidados da
saude humana;
- d) trabalho com tecnicos em laboratorios
de analise clinica e istopatologia;
- e) aplicacao de inseticidas;
- f) exumacao de corpos (cemiterio);
- g) atividades de solda;
- h) trabalhos com raios "X" (pessoal
tecnico);

i) manuseios de cal e cimento.

III - Insalubridade em grau minimo:

- a) trabalho com britadores;
- b) varricao e limpeza de ruas e outros logradouros publicos;
- c) atividades executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva;

Art. 2º - São atividades e operacoes perigosas para efeito de percepcao do adicional previsto no art. 8º da Lei Municipal 042 de 13 de agosto de 1993.

I - armazenamento, carregamento e transporte de explosivos;

II - detonacao com explosivos, inclusive a verificacao de detonacoes falhadas;

III - operacao de escorva dos cartuchos de explosivos;

IV - operacao de bombas de abastecimento de inflamaveis liquidos;

V - transporte de vasilhames (em caminhões de carga), contendo inflamavel liquido, em quantidade superior a 250 litros;

VI - instalacoes, substituicoes e reparos de cruzetas, rele e braco de iluminacao publica, desde que afixados nos postes de redes de linha de alta e baixa tensoes integrantes de sistema eletrico de potencia, energizados ou desenergizados, mas com possibilidade de energizacao

Art. 3º - E exclusivamente suscetivel de gerar direito a percepcao do adicional de insalubridade e periculosidade de modo integral, o exercicio pelo servidor de atividade constante dos artigos 1º e 2º desta Lei em carater habitual e em situacao de exposicao continua ao agente nocivo ou perigoso.

Paragrafo 1 - O trabalho em carater habitual mas de modo intermitente, dara direito a percepcao do adicional proporcionalmente ao tempo despendido pelo servidor na execucao de atividade em condicoes insalubres e perigosas.

Paragrafo 2 - O exercicio de atividade insalubre ou perigosa em carater esporadico ou ocasional nao gera direito ao pagamento do adicional.

Art. 4º - Cessara o pagamento do adicional de insalubridade e periculosidade quando:

I - A insalubridade ou periculosidade foi eliminada ou neutralizada pela utilizacao de equipamento de protecao individual ou adocao de medidas que conservem o ambiente dentro dos limites toleraveis e seguros;

II - O servidor deixar de trabalhar em atividades insalubre ou perigosa;

III - O servidor negar-se a usar o equipamento de protecao individual;

Paragrafo 1 - A eliminacao ou neutralizacao da

insalubridade e periculosidade nos termos do inciso 1 deste artigo sera baseada em laudo de perito.

Paragrafo 2 - A perda do adicional nos termos do inciso III deste artigo nao impede a aplicacao da pena disciplinar cabivel nos termos do Regime Juridico dos Servidores do Municipio.

Art. 5A - A despesa decorrente desta Lei correrá por conta das dotacoes orçamentarias proprias.

Art. 6A - Revogam-se as disposicoes contrarias.

Art. 7A - Esta Lei entrara em vigor no dia primeiro do mes de sua publicacao.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMILIA, em 28 de julho de 1994.


JUVENIL HAFALDA SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se


JOSE ALDORI DE LIMA
Sec. Mun. Administracao